

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

SISTEMA PORTUÁRIO NACIONAL
19AGO2025



DIRETORIA DE
PORTOS E COSTAS



**MARINHA
DO BRASIL**



AMAZÔNIA AZUL

Fonte de alimento e energia, via de transporte, ambiente p/ turismo, esporte e recreio.

Costa brasileira (≈ 7.400 Km) + rios economicamente viáveis (≈ 20.000 Km):

- 96% do comércio exterior;
- 97% da produção de petróleo;
- 85% da produção de gás natural; e
- Futuro \rightarrow energia eólica.



Amazônia Legal
5.212.969 km²

Amazônia Azul
5,7 millones de km²

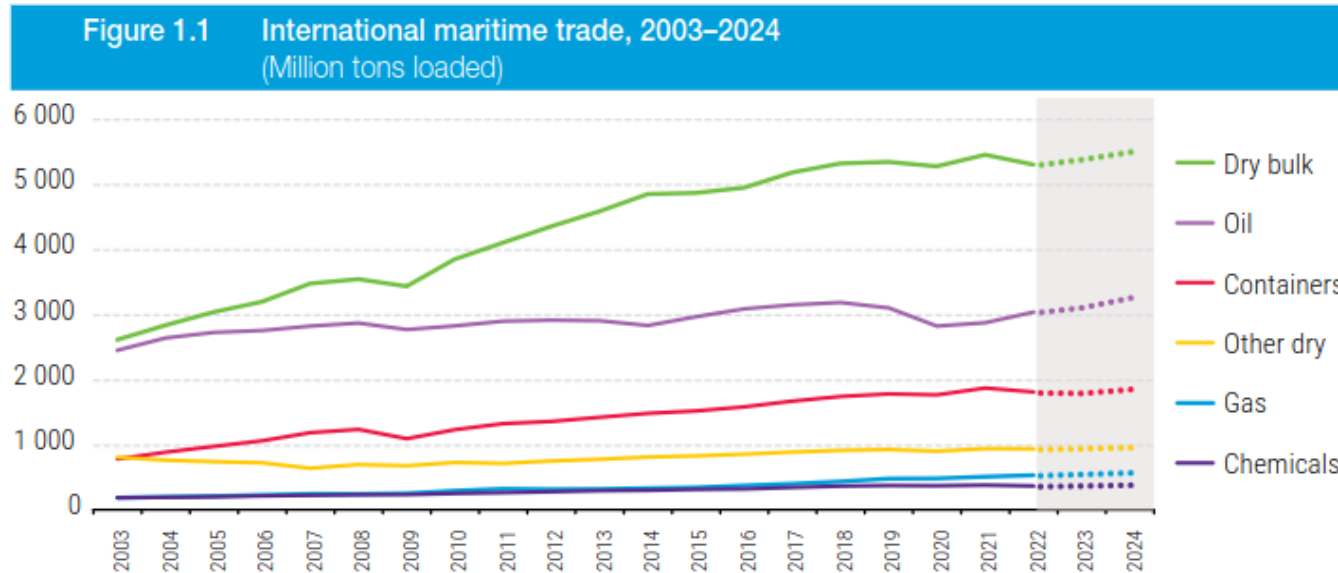
Portos e Terminais \rightarrow Infraestruturas críticas



COMÉRCIO INTERNACIONAL

CPC

Crescimento praticamente contínuo no transporte mundial de cargas pelo modal aquaviário



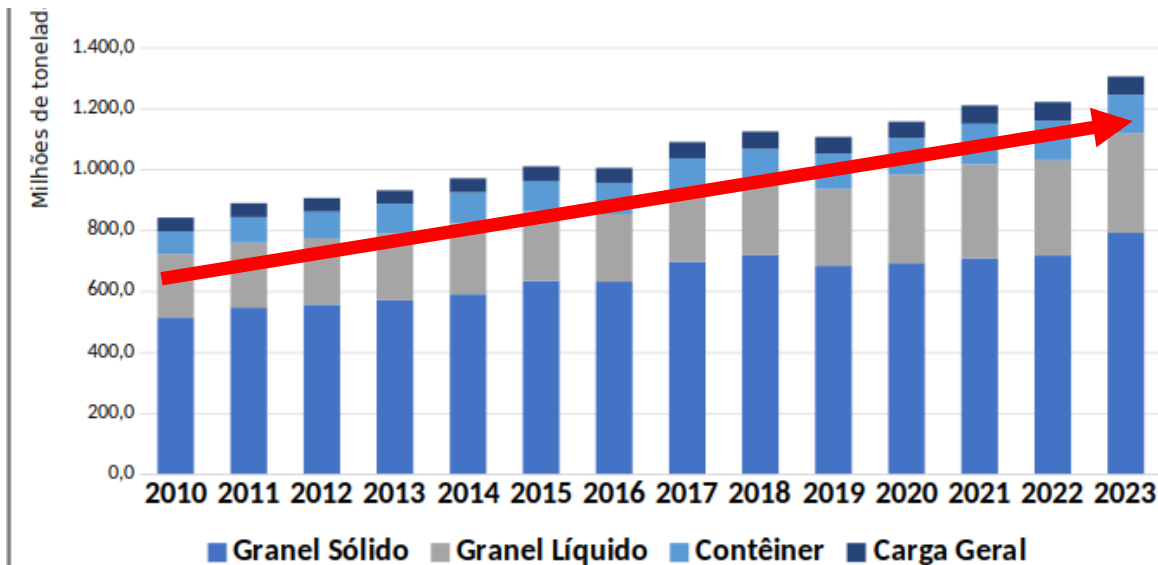
Fonte: UNCTAD



Transporte Aquaviário Nacional



Contínuo crescimento da movimentação de cargas em portos nacionais.
Em 2024 – 1.322,3 milhões t



Fonte: ANTAQ



COMÉRCIO MARÍTIMO INTERNACIONAL

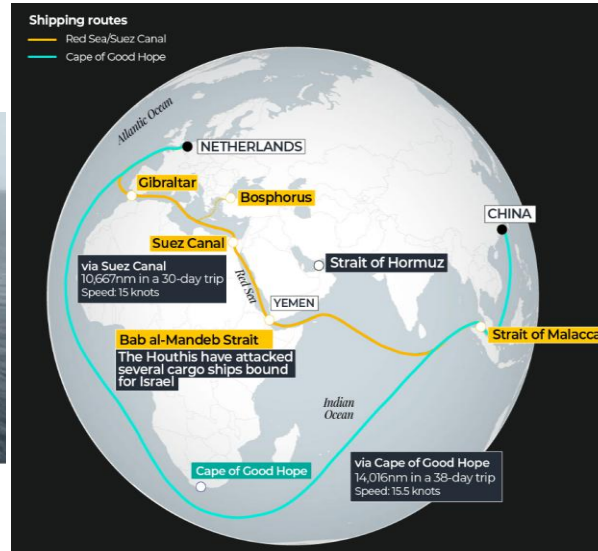


Proteção do Tráfego Marítimo



Navio cargueiro Eternity C afunda no Mar Vermelho após ataque dos houthis. Fonte e imagens MMY/ME

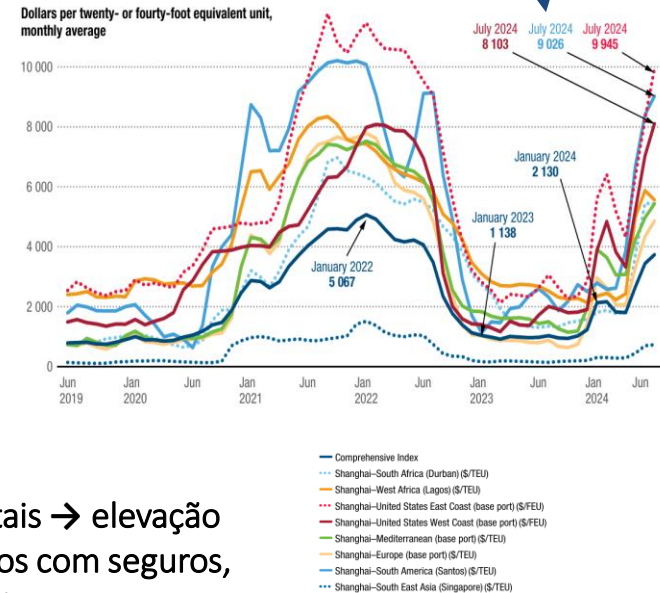
Ações Houthis desde NOV2023 → ataques a 70 navios (4 afundados e 1 sequestrado)



Disputas geopolíticas e questões ambientais → elevação preços dos fretes marítimos devido a custos com seguros, combustíveis e maior tempo de viagem.

Frete Shanghai x Santos - contêiner

Figure III. 2
Shanghai Containerized Freight Index spot rates



Source: UNCTAD calculations, based on data from Clarksons Shipping Intelligence Network.

Fonte: UNCTAD



ATUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL (MB)

CPC

VERTENTES

Defesa da Pátria



Segurança Marítima
Proteção (security)
Segurança da Navegação (safety)



COMANDANTE DA MB



LC 97/99

AUTORIDADE MARÍTIMA





AUTORIDADE MARÍTIMA



Lei Complementar 97/1999

Art. 17 Cabe à Marinha, como atribuições subsidiárias particulares:

II - *prover a segurança da navegação aquaviária*;

§ único - essas atribuições são da competência do **CM**, designado como “**Autoridade Marítima**” para esse fim

Lei 9.537/1997 (Lei da Segurança do Tráfego Aquaviário – LESTA)

Art. 3º Cabe à autoridade marítima promover a implementação e a execução desta Lei, com o propósito de assegurar a *salvaguarda da vida humana* e a *segurança da navegação*, no *mar aberto e hidrovias interiores*, e a *prevenção da poluição ambiental por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio*.

Regulamentação da Autoridade Marítima

- P/ todo o Brasil → Normas da Autoridade Marítima (NORMAM); e
- Locais → Normas Padronizadas das Capitâncias dos Portos e Fluviais (NPCP/NPCF)

Mapa Sensitivo

Atualização - Maio/2022



DPC
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS
MARES E RIOS SEGUROS E LIMPOS.

Agentes da Autoridade Marítima em todos Estados da Federação



- Capitânias (32)
- Delegacias (14)
- Agências (23)

1º DN
Rio de Janeiro (RJ) - CPRJ
Angra dos Reis (RJ) - DelAReis
Itacuruçá (RJ) - DelItacuruca
Paraty (RJ) - AgParaty
Macaé (RJ) - CPM
Cabo Frio (RJ) - DelCFrio
São João da Barra (RJ) - AgSJBarra
Vitória (ES) - CPES
Belo Horizonte (MG) - CFMG
Pirapora (MG) - DelPirapora
São José da Barra (MG) - DelFurnas

2º DN
Salvador (BA) - CPBA
Ilhéus (BA) - DelIlheus
Porto Seguro (BA) - DelPSeguro
Juazeiro (BA) - CFJ
Bom Jesus da Lapa (BA) - AgBJLapa
Aracaju (SE) - CPSE

3º DN
Fortaleza (CE) - CPCE
Camocim (CE) - AgCamocim
Aracati (CE) - AgAracati
Natal (RN) - CPRN
Areia Branca (RN) - AgABranca
João Pessoa (PI) - CPPB
Recife (PE) - CPPE
Maceió (AL) - CPAL
Penedo (AL) - AgPenedo

4º DN
Belém (PA) - CPAOR
Santana (AP) - CPAP
Oiapoque (AP) - AgOiapoque
São Luiz (MA) - CPMA
Imperatriz (MA) - AgImperatriz
Parnaíba (PI) - CPPI
Santarém (PA) - CFS

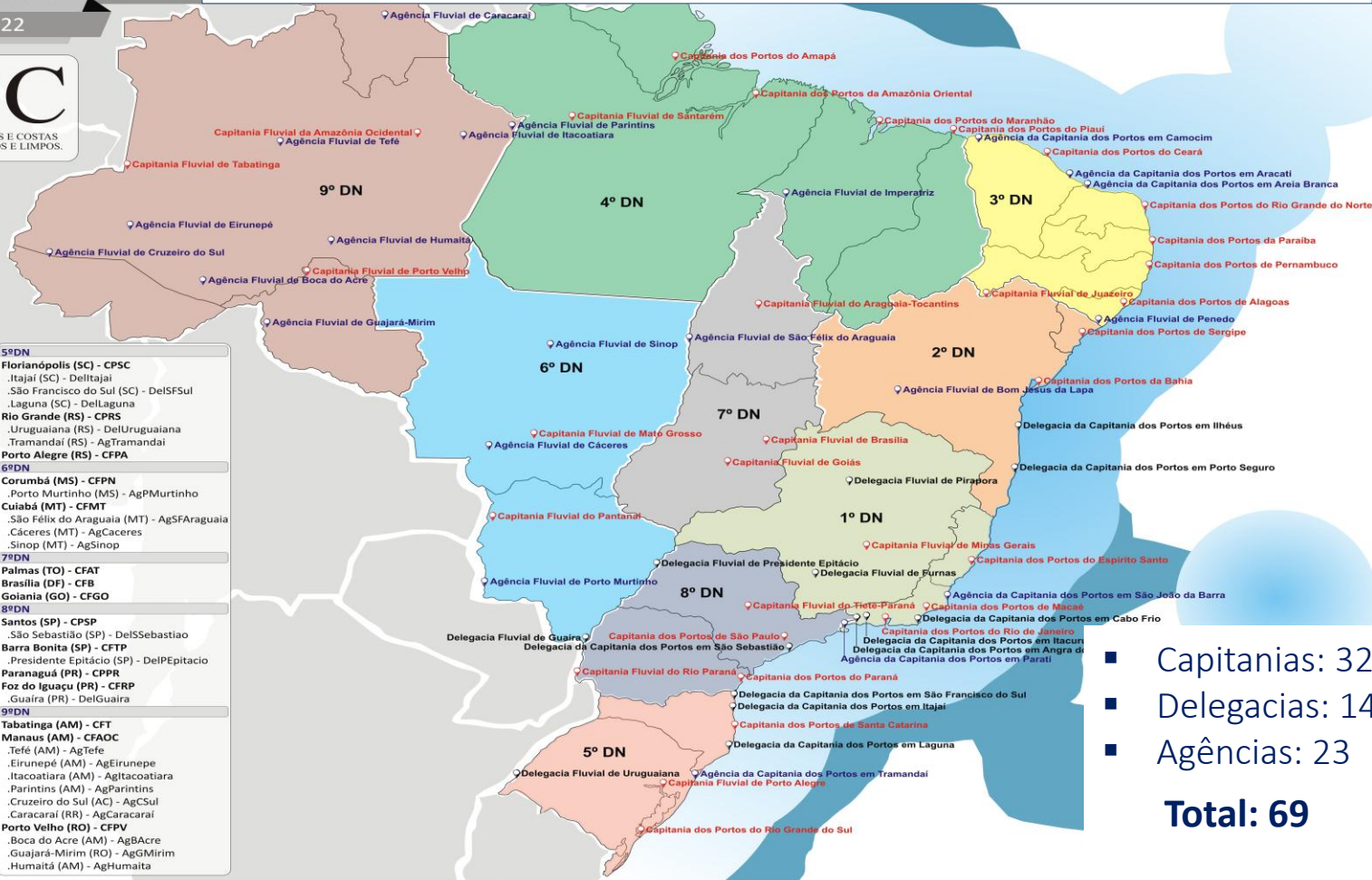
5º DN
Florianópolis (SC) - CPSC
Itajaí (SC) - DelItajaí
São Francisco do Sul (SC) - DelSFSul
Laguna (SC) - DelLaguna
Rio Grande (RS) - CPRS
Uruguaiana (RS) - DelUruguaiana
Tramandá (RS) - AgTramandá
Porto Alegre (RS) - CFPA

6º DN
Corumbá (MS) - CFPN
Porto Murtinho (MS) - AgPMurtinho
Cuiabá (MT) - CFMT
São Félix do Araguaia (MT) - AgSFAraguaia
Cáceres (MT) - AgCaceres
Sinop (MT) - AgSinop

7º DN
Palmas (TO) - CFAT
Brasília (DF) - CFB
Goiânia (GO) - CFGO

8º DN
Santos (SP) - CPSP
São Sebastião (SP) - DelSebastiao
Barra Bonita (SP) - CFTF
Presidente Epitácio (SP) - DelPEpitacio
Paranaguá (PR) - CPPR
Foz do Iguaçu (PR) - CFRP
Guaíra (PR) - DelGuaíra

9º DN
Tabatinga (AM) - CFT
Manaus (AM) - CPAOC
Tefé (AM) - AgTefe
Eirunepé (AM) - AgEirunepé
Itacoatiara (AM) - AgItacoatiara
Parintins (AM) - AgParintins
Cruzeiro do Sul (AC) - AgCSul
Caracará (RR) - AgCaracará
Porto Velho (RO) - CFPV
Boca do Acre (AM) - AgBAcre
Guajará-Mirim (RO) - AgGMirim
Humaitá (AM) - AgHumaita



- Capitânias: 32
 - Delegacias: 14
 - Agências: 23
- Total: 69**



ATUAÇÃO DA AM EM ÁREAS PORTUÁRIAS



Decreto nº 8.033/2013 – Regulamenta a Lei nº 12.815/2013 (Lei dos Portos)

Novas Instalações Portuárias

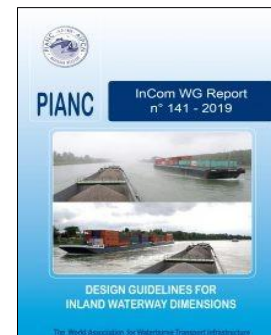
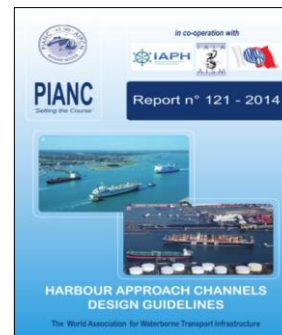
Art. 27. Os interessados em obter a **autorização de instalação portuária** poderão requerê-la à Antaq, a qualquer tempo, mediante a apresentação dos seguintes documentos, entre outros que poderão ser exigidos pela Antaq:

(...)

VI - **parecer favorável da Autoridade Marítima** (...)

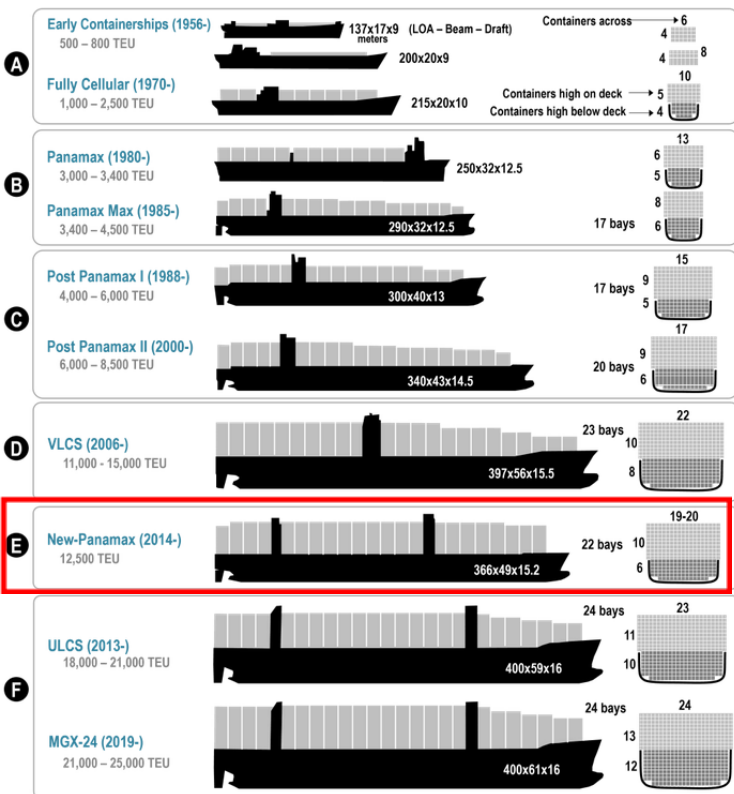


NORMAM – 303 - Normatiza e estabelece procedimentos para obras e atividades afins em águas sob jurisdição brasileira.





AUMENTO DAS DIMENSÕES DOS NAVIOS



Lei 12.815/2013 (Lei dos Portos):

“Art. 18. Dentro dos limites da área do porto organizado, compete à administração do porto:

I - sob coordenação da autoridade marítima:

(...)

d) estabelecer e divulgar o calado máximo de operação dos navios, em função dos levantamentos batimétricos efetuados sob sua responsabilidade; e

e) estabelecer e divulgar o porte bruto máximo e as dimensões máximas dos navios que trafegarão, em função das limitações e características físicas do cais do porto;”

O Sistema Portuário Nacional busca adaptar-se p/ recebimento de Navios Porta Contêineres classe New Panamax (comprimento 366m)

O maior navio de contêineres que já atracou no Brasil.



Desatracação Portonave – Navegantes/SC

APL PARIS

Comprimento: 347,4m Calado: 12,3m Lançamento: 2012 Largura: 45,3m Capacidade: 10.700 TEUs



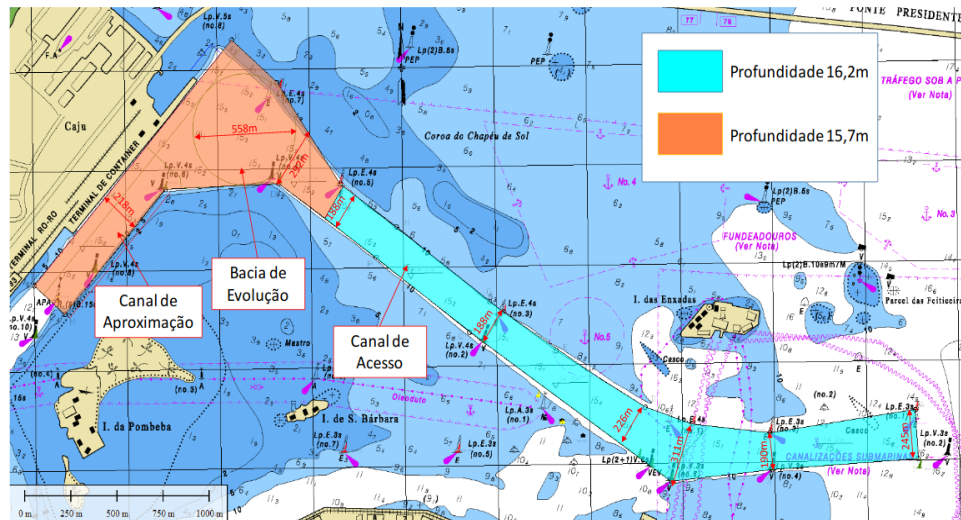
DEFINIÇÃO DE PARÂMETROS OPERACIONAIS

CPC



TANQUE DE PROVAS NUMÉRICO

Canal de Acesso Ampliado



Porto do Rio amplia calado para 15,30m e está pronto para receber navios de até 366 metros!

15/04/2025 - 12:58



Com investimento de R\$ 163 milhões, a PortosRio concluiu a dragagem do Canal Principal — já homologada pela Capitania dos Portos do Rio de Janeiro — elevando a profundidade de 15 para 16,2 metros e permitindo o aumento do calado operacional para 15,30m.



Realização de Serviço de Dragagem - Atualização de Documentos Náuticos

CPC

Após dragagem do porto



Realização de
Levantamento Hidrográfico
(LH) e envio dos dados p/
AM

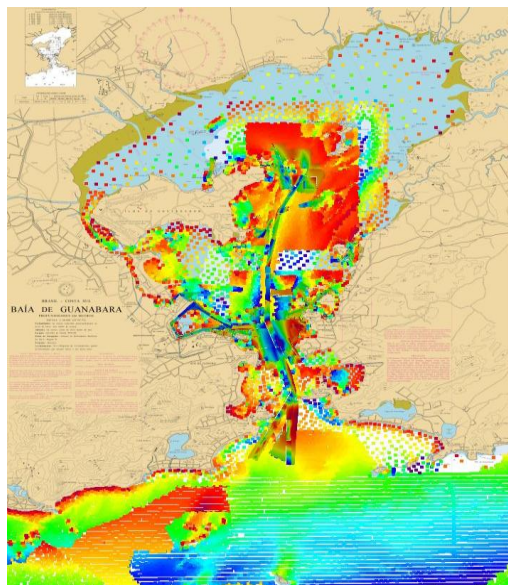
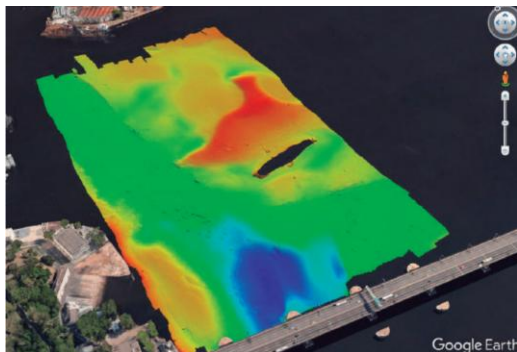


ANÁLISE LH
pela AM

LH aprovado



Atualização
Carta Náutica





ESTABELECIMENTO DOS PARÂMETROS OPERACIONAIS DOS PORTOS



- Lei nº 12.815/2003 (Lei dos Portos) → responsabilidade da Autoridade Portuária;
- Coordenação das atividades pela AM:
 - Reuniões técnicas;
 - Responsabilidade da AM → segurança da navegação;
 - Participação de todos os interessados;
 - Aperfeiçoamento dos parâmetros; e
 - Harmonização de interesses → prioridade segurança.
 - Assessoria do Grupo Especial de Avaliação de Parâmetros Operacionais Portuários - GEAP



Reunião com Capitão dos Portos de SP sobre parâmetros operacionais do porto de Santos.



Previsão Meteorológica para a Área Marítima

CPC

NORMAS E PROCEDIMENTOS DA CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (NPCP-SP)

SANTOS

A suspensão do tráfego no porto de Santos poderá ser:

a) **TOTAL** – quando ocorrerem as três ou uma das três situações:

- I) vagas $\geq 3,0$ metros;
- II) vento -intensidade mantida > 30 Nós ou rajadas > 35 Nós; e
- III) visibilidade -alcance $< 0,5$ milha náutica.

Porto de Santos retoma navegação após ventania e ressaca com ondas de 3,35 metros

Rajadas de vento ultrapassaram 80 km/h em Santos. Cidade também sofre ressaca marítima, com ondas de 3,35 metros de altura.

Por g1 Santos

29/07/2025 08h41 - Atualizado há 2 semanas

Boia meteoceanográfica



Possibilidade de navios tocarem o fundo devido à altura das ondas

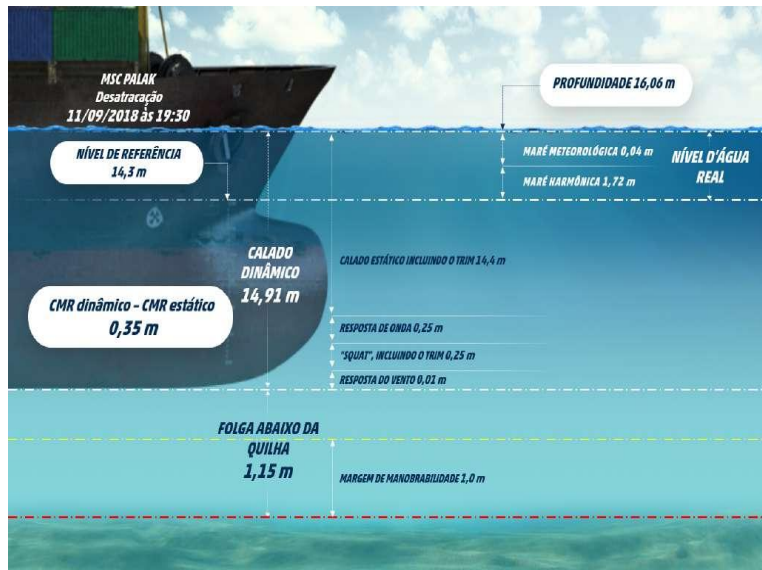


FOLGA DINÂMICA ABAIXO DA QUILHA (FDAQ)

DPC

Objetiva aumentar a eficiência do carregamento dos navios, quando navegando em áreas restritas, sem comprometer os critérios de segurança.

Procedimentos e requisitos técnicos necessários estão detalhados na NORMAM-224/DPC.



**“Calado dinâmico
amplia eficiência e
segurança na
manobra de navios no
Portocel”**



SERVIÇO DE TRÁFEGO DE EMBARCAÇÕES

Vessel Traffic Service - VTS



 DIRETORIA DE
HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO

NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA
PARA SERVIÇO DE TRÁFEGO DE
EMBARCAÇÕES (VTS)

NORMAM-602/DHN



- **2 Portos em operação:** Vitória-ES e Porto do Açu-RJ

- **4 Portos em fase de implantação:** Rio Grande-RS; Santos-SP; Itaqui-MA; e Rio de Janeiro -RJ



VTMIS Vitória (desde 2017)



VTS Porto do Açu (desde 2015)



Operações Especiais de Transferência



- Operação de transferência de carga (granéis líquidos ou sólidos) entre 2 embarcações, característica principal a amarração dessas embarcações, uma a contrabordo da outra.
- Solução logística para movimentação de cargas;
- Abastecimento (*Bunkering*) – combustível / GNL / outros;
- *Ship to Ship* (STS) – carga;
- *Ship to Barge* (STB) – carga;
- *Transshipment de Granéis Sólidos*; e
- NORMAM – 204 – Capítulo 5 - Operações de Transferência entre Embarcações

| Ano | Mar Aberto | Áreas Portuárias | Total Ano |
|------|------------|------------------|-----------|
| 2017 | 48 | x | 48 |
| 2018 | 78 | 539 | 617 |
| 2019 | 108 | 628 | 736 |
| 2020 | 91 | 612 | 703 |
| 2021 | 99 | 878 | 977 |
| 2022 | 93 | 828 | 921 |
| 2023 | 119 | 894 | 1013 |



Suape - PE



Vila do Conde - PA



POLUIÇÃO AMBIENTAL CAUSADA POR EMBARCAÇÕES

DPC

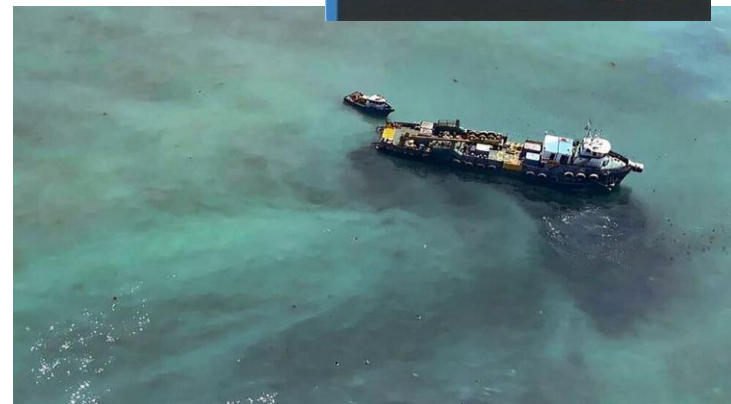
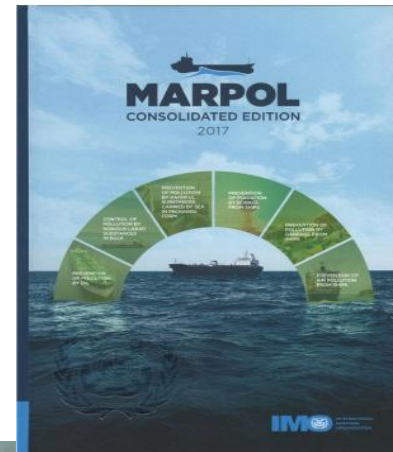
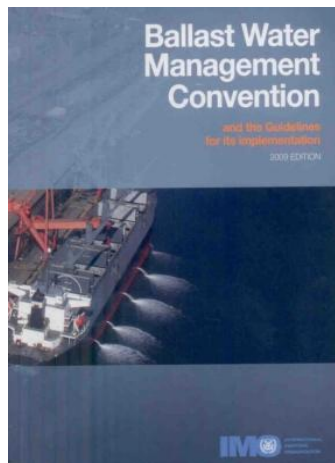


NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA
PARA A PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO AMBIENTAL
CAUSADA POR EMBARCAÇÕES E PLATAFORMAS

NORMAM-401/DPC



Água de Lastro



Poluição por Óleo



LEGISLAÇÃO

- **Lei 12.815/2013 (Lei dos Portos)**
- **Lei 9.537/1997 (LESTA)**
 - Artigo 3º
 - Artigo 4º → inciso II → Atribuições
 - Cap. III – Do Serviço de Praticagem → Artigos 12º a 15º
- **Decreto 2.596/1998 (RLESTA)**
 - Anexo → Cap. III → Do Serviço de Praticagem
- **NORMAM-311/DPC**
 - regulamentação de caráter geral
 - público externo





Considerações Finais

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

OBRIGADO !!!



DIRETORIA DE
PORTOS E COSTAS



**MARINHA
DO BRASIL**

